

ARTIGO

Recebido em:
01/10/2015

Aceito em:
04/12/2015

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 45, p. 21-34, jan./abr., 2016. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n45p21

Bibliotecas públicas e o acesso às informações artísticas sob a perspectiva da Ciência da Informação

Public libraries and access to information artistic from the perspective of Information Science

Alessandro RASTELI

Bibliotecário e Doutorando em Ciência da Informação UNESP - alessandrorasteli@yahoo.com.br

Rosângela Formentini CALDAS

Professora do Departamento de Ciência da Informação UNESP - rcaldas@marilia.unesp.br

Resumo

Ao dialogar sobre a biblioteca e as atividades artísticas, percebe-se que raros são os trabalhos que discorrem sobre as informações artísticas nesse universo. Observa-se também um aumento das dificuldades enfrentadas pelo profissional da informação no que tange à definição do que seja informação não registrada, especialmente a informação artística. Assim, o trabalho tem como objetivo o de explorar o termo informação no universo simbólico da cultura e das atividades artísticas em bibliotecas, sob a perspectiva da Ciência da Informação. Destaca-se que o desenvolvimento social seja fruto das práticas culturais e artísticas, preconizando na cultura a ideia de poder transformador, quando os elementos culturais são interiorizados e alterados em substância vitalizadora modificando os estados de conhecimento, o que se pode chamar de apropriação cultural.

Palavras-chave: Informação artística. Cultura e biblioteca. Cultura – desenvolvimento social. Biblioteca - atividades artísticas.

Abstract

To dialogue about the library and artistic activities, realizes that there are few studies that discuss the information in this universe. There has also been an increase in the difficulties faced by professional information regarding the definition of what information unregistered, especially the artistic information. Thus, the study aims to explore the term information in the symbolic universe of culture and artistic activities in libraries, from the perspective of Information Science. Noteworthy is that social development is the result of cultural and artistic practices, advocating culture the idea of transforming power, when cultural elements are internalized and changed in vitalizing substance modifying the states of knowledge, which can be called cultural appropriation.

Keywords: Artistic information. Culture and library. Culture - social development. Artistic activities - library.



v. 21, n. 45, 2016
p. 21-34
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1 INTRODUÇÃO

A composição das primeiras bibliotecas brasileiras inicia-se por intermédio da Igreja, quando no século XVI os religiosos começam a trazer livros de Portugal para auxiliar na conversão dos gentios e instrução dos colonos. Por tempos, as bibliotecas conventuais foram os únicos centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar os estudos na Europa.

No decorrer dos séculos seguintes, houve o avanço da pesquisa científica e da proliferação das mais variadas tipologias documentais que surgiam além dos livros impressos, revertendo-se em alguns dos fatores determinantes para a criação e ampliação das bibliotecas, como as universitárias e públicas.

Nessa variante, as bibliotecas públicas se originam e se expandem no transcorrer da segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e Inglaterra. Para Mueller (1984, p. 9) “esperava-se que essas bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia”.

No Brasil, a implantação da primeira biblioteca pública acontece em 1811, na Bahia, impulsionada por Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, senhor de engenho que vislumbrava nos livros e na biblioteca instrumentos de instrução popular. Nesse mesma ocasião, a Biblioteca Real Portuguesa começa a ser transferida para o Rio de Janeiro, instalando-se a princípio no hospital da Ordem Terceira do Carmo. No dia 13 de maio de 1811 a biblioteca é inaugurada, tendo a consulta facultada aos estudiosos mediante pedido preliminar. Em 1814, a biblioteca abre-se ao público em geral tendo a frente dois bibliotecários: frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso.

Em suas origens, as bibliotecas públicas tiveram como função primordial a educação. Já nos países desenvolvidos, a partir do século XX a função educacional expande-se abarcando atividades culturalmente mais amplas, sendo acrescida em suas funções a cultural, a de lazer e, a partir da década de 1970, a informacional. Faz-se necessário, entretanto, observar com Andrade e Magalhães (1979) que a categorização dessas funções serve apenas para efeito didático, já que as funções não são mutuamente exclusivas e nem é possível desvincular uma das demais.

No Brasil, a função cultural das bibliotecas começa a ser discutida quando temas como “animação cultural” e “ação cultural” principiam pela década de 1980, através de Victor Flusser (1980; 1982; 1983), momento em que são apresentadas propostas como a biblioteca-ação cultural ou biblioteca-centro cultural e o bibliotecário-animador cultural.

Para Teixeira Coelho (2012) a animação cultural consiste-se na primeira expressão a que se recorreu para indicar o processo de mediação entre indivíduos e modos culturais genericamente considerados. A partir da entrada dos anos 1960, com a ideologização crescente das políticas culturais (principalmente na França), a animação cultural passou a ser vista frequentemente como modalidade de integração passiva de indivíduos e coletividades, passando dessa forma a se falar em ação cultural.

Segundo Milanesi (2002) a ação cultural é raramente associada a bibliotecas. Como também observa Almeida Júnior (1997), a literatura da área preocupa-se muito pouco com a função cultural da biblioteca. Igualmente para Rosa (2009, p.372), “pouco se tem produzido hoje no meio científico sobre ação cultural, onde o agente cultural seja um profissional da informação”.

Nos anos de 1990, no âmbito da Ciência da informação (CI), Mostafa (2012, p. 95) empreende que “[...] passou-se a falar em Mediação cultural e a entender o conhecimento também artístico ou cultural e não apenas informacional”.

Todavia, na literatura da CI encontra-se problemas no que se refere à definição do termo informação. Desde suas origens, a CI tem sido abordada por autores que levam em conta a informação registrada, como podemos observar na definição de Le Coadic (1996, p.5) “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”.

Mostafa (2012) mais uma vez confere que há uma tendência na CI em pensar a informação e o conhecimento como informação e conhecimentos científicos, portanto, em conhecimentos registrados. Já Bortolin (2010), diz que o bibliotecário possui um apego excessivo pela informação registrada, em especial, a impressa, sendo que muitos bibliotecários lidaram e ainda lidam apenas com informações impressas.

Almeida Júnior (2009) enfatiza que para muitos pesquisadores o objeto da CI ainda é a informação registrada. Limitando-se apenas as informações registradas, restringe-se o âmbito de investigação da CI, já que as variadas atividades culturais executadas nas bibliotecas não estão plasmadas em nenhum suporte físico, como também não são passíveis de recuperação, como é o caso da apresentação teatral, da leitura dramática de uma peça, da dança, da ópera, do recital de poesia.

Ao se restringir as ações aos poucos gêneros de documentos pode-se fazer com que a sociedade atrele a imagem e atuação dos bibliotecários apenas às informações registradas, o que também poderia levar a maioria dos profissionais da Biblioteconomia a avaliar que o objeto da CI sejam apenas as informações registradas, científicas.

As atividades culturais se sustentam na vocação universal que as bibliotecas possuem perante seus serviços e na multiplicidade de funções que desempenham como núcleos de cultura, artes e informações.

As dinâmicas estabelecidas entre os sujeitos e o universo simbólico, que estão na base do ato de conhecer, refletir, interagir e inferir merecem criteriosas investigações, especialmente no contexto nacional, em relação à apropriação dos dispositivos de informação e cultura (biblioteca) nos quais circulam e se articulam múltiplos saberes.

Apresentados esses pressupostos, a proposta está em verificar o conceito de informação artística sob a perspectiva da Ciência da informação, principalmente no que se refere às informações intangíveis, refletir sobre a apropriação cultural através das informações artísticas, verificando também a relação da biblioteca junto ao acesso às informações artísticas. A metodologia utilizada caracteriza-se como do tipo exploratória e descritiva, de cunho teórico, a fim de se apresentar e refletir os temas suscitados.

2 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao incidir pela revolução da imprensa, observam-se no século XVI aspectos como a evolução científica, a institucionalização da pesquisa, instante em que a ciência moderna se principia através da comunicação e das informações científicas.

No século XIX, o século das Ciências, várias disciplinas surgem como a Psicanálise (Freud, 1882); o Espiritismo (Kardec, 1857); a Semiótica (Pearce, 1906); a Bibliografia e Documentação (Otlet; La Fontaine, 1900), além de descobertas significantes nas áreas da Medicina, Física, Química, Biologia, resultando num aumento considerável das publicações científicas, principalmente na Europa.

É nesse período que se pode observar as raízes da CI, quando entre muitos eventos, é criado o Instituto Internacional de Bibliografia (IBB) por Paul Otlet e Henri La Fontaine (1895).

Já no século XX, quando a Segunda Guerra estava finda e o processo de reconstrução do mundo seguia seu curso, assistimos a Guerra Fria, a América Latina transformar-se no “quintal” de Washington, em função das ditaduras militares, e a proliferação cada vez mais presente das tecnologias, como o advento do rádio, da televisão, do computador, da internet.

Discorre-se na literatura, como é o caso de Saracevic (1996), que a CI teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Em seu desenvolvimento, verifica-se de relevância a criação da Teoria Matemática da Informação (Claude Shannon e Warren Weaver); problemas na transmissão de mensagens através de canais mecânicos de comunicação e ainda a necessidade de definir claramente o caráter da informação.

De acordo com Pinheiro (1997), os acontecimentos que gestaram a CI podem ser representados pela confluência dos seguintes fatos e fatores: a explosão bibliográfica, a necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos. Produtos do processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia derivaram no surgimento de novas tecnologias a partir do microfilme e, principalmente, do computador. A Ciência da Informação nasceu, portanto, sob a égide da Ciência e da Tecnologia.

Acompanhando ainda com Pinheiro (1997, p.65) “nesse período anunciador da nova área, ainda não era mencionada, especificamente, a palavra informação, e sim bibliografia e documentação [...]”. A autora ressalta que no Brasil poucos são os documentos encontrados na literatura brasileira que trabalham conceitos de documentação ou discutem as suas relações com a CI.

Borko (1968) declara que a CI em sua essência é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A CI está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Para Saracevic (1996) a CI é um campo dedicado a questões científicas e a prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de registros de conhecimento entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Na abordagem do termo informação, tem-se que a expressão deriva-se do latim (*informatio*), tendo como significado a ação de dar forma a algo material, como também o de comunicar conhecimento a alguém.

Para Logan (2012) a palavra informação na língua inglesa, de acordo com a Oxford English Dictionary, aparece por escrito pela primeira vez em 1386 por Chaucer. A noção de informação como algo que pode ser armazenado, transferido ou comunicado a um objeto inanimado e a noção de informação como uma quantidade definida matematicamente não surgem antes do século XX.

Araújo (2010) nos fala que logo em seu início a CI se viu diante da necessidade de construir um conceito científico de informação, o que resultou no surgimento do conceito “físico” de informação. O termo “físico” surge enfatizando a dimensão material da informação (sua existência sensível, inscrita em algum tipo de suporte) e, também, as propriedades objetivas dessa materialidade, passíveis de serem cientificamente determinadas, cuja construção de tal conceito fundamenta-se na Teoria Matemática da Comunicação.

A consequência mais imediata da adoção desse modelo pela CI é que a área volta-se prioritariamente para os processos de transporte, de transferência, da informação – a “efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos” (SARACEVIC, 1996, p.47).

Outra perspectiva de definição de informação começa a ganhar corpo nos finais da década de 1970, bastante influenciada pelo sucesso das teorias cognitivistas nas várias ciências. Inspirados na teoria do conhecimento objetivo de Karl Popper, pesquisadores desenvolvem um conceito “cognitivo” de informação, que ganhou fôlego após o congresso ocorrido em Copenhagen, em 1977.

Para se definir informação, portanto, é preciso considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso pensar, também, o que está na mente dos usuários. Buckland (1991) tratou do assunto, fazendo a distinção entre informação como coisa (entidade tangível) e como processo de construção de conhecimento (entidade intangível).

Capurro (2003) apresentou ainda um terceiro paradigma, que estaria se formando desde o início da década de 1990 (que ganharia na verdade seus primeiros traços na conferência sobre conceitos de informação ocorrida em Tampere, Finlândia, em 1991): trata-se do modelo que vê a informação como um fenômeno social.

Tal modelo se constrói a partir da crítica ao modelo cognitivo, que visualiza a informação como produto de um sujeito isolado (que não está inserido num contexto sócio histórico nem em relações interpessoais, ou pelo menos em nada é afetado por elas na sua relação com a informação) e numênico (que apenas se relaciona com o mundo de uma forma cognitiva,

inserindo em sua mente definições conceituais sobre as coisas, como se a mente fosse um grande “quebra-cabeças” e cada informação obtida formando uma nova peça).

O paradigma social, por sua vez, apresenta-se como uma abordagem sócio cognitiva, levando em consideração o conhecimento compartilhado por uma comunidade ou grupo. Enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando suas visões de mundo. A partir dessa concepção, a CI volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário.

Em lugar de se vislumbrar formas de pensamento que se opõem (o modelo cognitivo “contra” o físico, o social “contra” o cognitivo), o que a análise da presença dos três nas várias subáreas permite evidenciar é, antes de tudo, sua complementaridade. Um modelo não surge para substituir o outro, mas sim para completá-lo, buscando analisar justamente aquilo que o modelo precedente não dá conta, ou deixa de fora (ARAÚJO, 2010).

Considerando os paradigmas apresentados acima, pode-se considerar com Barreto (2005) a informação como uma ferramenta da consciência dos indivíduos. Desse modo, a informação somente exercerá sua função de gerar/complementar conhecimento quando assimilada e compreendida como tal, ou seja,

quando usamos o termo informação em Ciência da Informação, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso) (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.154-155).

A assimilação da informação é compreendida como apropriação. Nesse aspecto, a geração de conhecimento difere, portanto, de sujeito para sujeito, considerando que “uma mesma informação pode ter diferentes significados para diferentes pessoas e para a mesma pessoa em diferentes tempos” (BARRETO, 2005, p.7).

Considera-se desse modo, a participação ativa do usuário no processo de apropriação do conhecimento, revelando uma complexidade cuja importância da ação do bibliotecário se faz em estabelecer interações simbólicas entre os sujeitos e o mundo cultural que os rodeiam.

Sendo assim, é através de outros (bibliotecários) que o sujeito (usuário) estabelece relações com objetos de conhecimento, ou seja, que a elaboração cognitiva (apropriação cultural) se funda na relação com o outro, processo visto como mediação.

A apropriação cultural está inserida no processo de produção de significados, constituindo em experiências para os usuários, não como meros decodificadores de conteúdos, mas como produtores de novos significados.

Ao verificar as informações no contexto social-cultural, a CI poderá contribuir com pesquisas centradas em políticas, dinâmicas e em práticas culturais nos equipamentos informacionais.

Uma das características do panorama da chamada Sociedade da Informação implica na apropriação de novos e complexos saberes, como condição ao enfrentamento das novas relações sujeito-sujeito-informação, sobretudo promovida pelo advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Os altos índices de produção e distribuição de informação, aliados às formas contemporâneas de circulação, nas quais se incluem diferentes tramas socioculturais e fontes informacionais de variadas naturezas resultam na necessidade de alternativas capazes de posicionar os sujeitos em diálogo efetivo com o universo informacional e cultural.

A CI pode ampliar os cenários de referências teóricas e práticas, a partir de ações informacionais que visem o fortalecimento de seus fundamentos e espaços de produção acadêmico-informacional, com vistas à inclusão social, avançando em relação ao tratamento que convencionalmente tem sido dado às questões informacionais de modo a lidar com a diversidade cultural, a marginalidade, a violência e a discriminação social.

3 INFORMAÇÃO ARTÍSTICA E APROPRIAÇÃO CULTURAL

Quando o homem pré-histórico deixou a marca de sua presença no mundo, nas cavernas, através da pintura e no próprio registro ou impressão de sua mão, esses gestos, impregnados de magia, muito antes daquilo que viria a ser denominado arte, podem ser observados em duas palavras: comunicação (processo) e informação (produto), ou mais ampla e plenamente criação (PINHEIRO, 1997).

A arte é um produto da vida social e tem como processo de criação um ato de comunicação. Coli (2006, p.109) diz que “a arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de ‘aprendizagem”.

De acordo com Canclini (1984), a arte é produção, porque consiste numa apropriação e numa transformação da realidade material e cultural, mediante um trabalho de satisfazer uma necessidade social, de acordo com a ordem vigente em cada sociedade.

Bukarin¹ articula que a arte sistematiza os sentimentos e os traduz em forma artística, através das palavras, sons, gestos, às vezes muito materiais, como ocorrem na arquitetura. A arte é um meio de socializar os sentimentos, “uma sistematização dos sentimentos traduzidos na linguagem das formas. A função diretriz da arte consiste em socializar, transferir, disseminar esses sentimentos na sociedade” (BUKARIN, 1945, p. 112).

As obras de arte, os produtos artísticos, necessitam de um receptor que os interprete. No momento em que o intérprete (usuário, leitor) se depara com um quadro, uma peça de teatro, a narração de uma história, um filme, uma canção, opera-se nele, segundo Bezerra e Covaleski (2014, p.230) “um sistema particular de ordenamento das informações e estímulos que ali se encontram para elaborar suas analogias e significações”.

A cada contato com o objeto artístico, as perspectivas de análise serão distintas, portanto, ocorrerá uma nova fruição estética, com novas

¹ BUKARIN, N. Materialismo histórico. In: PLEKANOV, J. **Sociologia da arte**. São Paulo: Ed. Formar, 1945.

interpretações. A capacidade interpretativa de cada espectador em contato com a obra é ímpar, o que faz desse contato uma experiência particular e distinta para cada indivíduo e em cada momento diferente.

A informação contida na obra de arte unida aos aspectos estéticos entra em contato com o espectador de forma singular. “A diferente referencialidade da expressão não reside, portanto, na expressão em si, mas no receptor” (ECO, 2003, p.77).

Segundo Bakhtin (1992) o ato criativo pressupõe um conhecimento a ser transformado. Quando nos apropriamos da cultura, produzimos conhecimento, dessa transformação, várias criações e produtos artísticos poderão ser elaborados e expressos sob diversas formas.

Nesse propósito, as manifestações culturais, independente de qualquer linguagem, são consideradas expressões formais e simbólicas, cuja dinâmica para a apropriação cultural, numa perspectiva cognitivo-sociológica, envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, assim como culturais, econômicos e políticos. As experiências com os bens artísticos abrem-se para os usuários em perspectivas de análise, ocorrendo, portanto, a fruição estética, com interpretações de acordo com o repertório de cada um.

O processo de decodificação e compreensão de cada mensagem/obra como um todo é individual. A capacidade interpretativa de cada usuário em contato com as manifestações artísticas é ímpar, o que faz desse encontro uma experiência particular e distinta. A obra de arte, como uma “mensagem fundamentalmente ambígua” implica ao receptor o “revezamento das interpretações, o deslocar-se das perspectivas” (ECO, 2003, p. 23).

Estudar a informação, sob o aspecto artístico torna-se essencial quando se busca entender qual é a contribuição da informação na democratização da arte facilitando o acesso de seu público e para compreender como os sistemas de informação atuam nos novos cenários da arte e da CI. Acredita-se que os sentidos produzidos através de qualquer produção cultural remetem sempre esses sentidos para a esfera da compreensão cada vez mais refinada e profunda da realidade.

A atividade artístico-cultural em uma sociedade tem implicações sobre seu desenvolvimento socioeconômico, o que resulta, a partir da apropriação, possibilidades que resultam no desenvolvimento da criatividade e de valores ligados à identidade, coesão social, respeito à diversidade, ao multiculturalismo, aos conceitos e ideias novas.

É no terreno da cultura, compreendida como propulsora para o desenvolvimento social, vinculada a instituições como as bibliotecas, atuando no circuito de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos, que o termo cultura e informação se aproximam. Pois, o desenvolvimento cultural promove a centralidade da informação na vida social e transformam-na em instrumento de mediação entre o homem e a realidade. A informação torna-se, assim, matéria-prima para a elaboração da cultura (RAMOS, 2008).

Na chamada sociedade da informação, a informação tornou-se vital para os processos de construção de cidadania; matéria fundamental para elaboração e reflexão sobre a realidade social. Assim, informação, para Ramos (2008, p.49) “tornou-se o elemento organizador da cultura; ela corresponde a uma maneira contemporânea de construir a cultura”.

Tem-se na informação o elemento primordial para a prática social e a construção da cultura. Segundo Marteleto (1994), a cultura é constituída pelos agentes e instituições sociais em constante interação baseada na produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos. Atualmente, o aprendizado do mundo é mediado pelas informações que ordenam a cultura e dão sentido à relação com o mundo.

Almeida Júnior (2009) salienta que para muitos autores, o objeto da CI é a informação registrada. Entretanto, ao verificar as atividades culturais desenvolvidas nas bibliotecas como apresentação de vídeos, peças teatrais, contação de história, espetáculos musicais, palestras, debates, etc., percebe-se que essas informações artísticas não são passíveis de recuperação. Logo, a partir da informação registrada como objeto da área, as atividades culturais devem ser desconsideradas das ações e do fazer do profissional bibliotecário, pois elas têm por característica a efemeridade e não são passíveis de recuperação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Para tanto, o autor defende que tais atividades culturais artísticas devem fazer parte do objeto de interesse, bem como devem estar presentes no fazer dos profissionais. Isso se deve, acreditamos, pelo fato de que, partindo da ideia do objeto da área ser a informação, não importa a forma como ela será veiculada, mas a possibilidade de que seja ela apropriada pelos usuários. Assim, quando a biblioteca pública organiza atividades culturais e veicula para a população quando serão elas realizadas, está ela permitindo e possibilitando a relação dos usuários, ainda que maneira transitória, com a informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

Nessa perspectiva, os olhares para o objeto da CI nesta contemporaneidade podem vislumbrar informações além das registradas. Nessa abordagem, ao mesmo tempo em que as informações artísticas são originadas, preservadas e transmitidas através da cultura, a produção e a reprodução dos artefatos culturais artísticos, na sociedade, podem se dar a partir do modo informacional, por intermédio das bibliotecas, com objetivos de apropriação cultural.

As bibliotecas enquanto componentes do sistema cultural têm relações intrínsecas com a informação, concluindo-se que a base de toda atividade cultural é a disponibilidade de informações, oriundas de qualquer âmbito da criatividade humana, estando registradas em algum suporte informacional ou não.

3.1 A biblioteca e o acesso à informação artística

Os sujeitos podem ter acesso às artes por meio do aparato cultural: o equipamento cultural, o discurso artístico, a apreciação artística promovida pelas políticas culturais e os processos mediadores.

Em *O banquete*, livro inacabado, redigido entre 1944 e 1945, Mário de Andrade discursa sobre uma arte-ação. Apesar do livro não ser definitivo sobre o que viria a ser a arte-ação, Teixeira Coelho (2012) denota que com os olhares e ideias de hoje, arte-ação seria na verdade um termo aplicável a procedimentos como o apoio à arte e para a mediação entre a arte e um público. Dessa maneira, a arte-ação pode ser entendida como modo brasileiro antecipatório de uma prática que começa a ser discutida a partir dos anos 1980: a ação cultural (TEIXEIRA COELHO, 2012).

Como em qualquer outro equipamento cultural, a exemplo de museus, teatros, cinemas, arquivos, salas de espetáculos e centros culturais, as bibliotecas podem permitir o acesso às artes, já que são espaços de trocas e disseminação da cultura. As bibliotecas podem contribuir para a democratização cultural, integrando populações, pois podem oferecer acesso a produtos e serviços culturais.

Atualmente, nem todas as cidades têm espaços culturais. A falta deles ocorre principalmente nas cidades pequenas. Em 2009, segundo a pesquisa Munic-IBGE², das 4.976 cidades com menos de 50 mil habitantes, somente 1.943 cidades (39%) possuíam um tipo espaço cultural.

O ideal seria que para cada município, tivesse ao menos um museu, um teatro ou sala de espetáculos, um cinema, uma biblioteca ou centro cultural e um arquivo público ou centro de documentação. Outros equipamentos e instituições culturais, como centros de exposição e áreas para eventos, também são fundamentais para o desenvolvimento cultural das cidades.

O acesso às artes, por meio das ações culturais, tem para Teixeira Coelho (2012) o potencial de provocar mudanças sociais através do desenvolvimento da percepção visual, da imaginação criativa, do desenvolvimento da flexibilidade na resolução criativa de problemas de todo o tipo e da formação de valores estéticos que se refletem tanto no entorno humano e urbano quanto nas obras de arte.

Muitas vezes, a biblioteca pública torna-se a instituição cultural mais relevante em uma cidade, principalmente na falta de outros espaços culturais. São locais que podem contribuir para formar leitores, promover o hábito de leitura, sendo fundamentais também para o acesso à informação e apropriação de conhecimentos.

Torna-se necessário, por intermédio da elaboração e efetivação de políticas culturais, que o poder público junto à sociedade civil garanta o papel da biblioteca como instituição cultural de suma relevância. Para tal, podem ser contempladas em projetos e ações as seguintes medidas:

- a) Provê-la de recursos tecnológicos para a inclusão digital;
- b) Destinação de verbas para acervos físicos e digitais;
- c) Desenvolvimento de atividades que contemplem obras e diversas linguagens artísticas e culturais;
- d) Execução de práticas culturais (alfabetização, incentivo à leitura, letramento digital; manifestações artísticas);
- e) Incentivar o acesso às artes literárias;
- f) Modernização e manutenção das bibliotecas existentes;
- g) Capacitação periódica de funcionários;
- h) Valorizar e preservar a herança cultural (patrimônio histórico e cultural);
- i) Contemplar a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

A concepção atual de biblioteca é a de um centro cultural, ou seja, de um espaço que não privilegia mais a informação registrada (livros, revistas e jornais) como objeto de sua coleção, e dela faz apenas um instrumento de cultura a mais, ao lado do CD, DVD, do vídeo, do teatro, da contação de história, da obra de arte, das diversas manifestações artísticas, de oficinas para capacitação, laboratórios de leitura, exposições, e assim por diante.

² Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>.

O bibliotecário, nesses casos, seria um mediador cultural, desenvolvendo atividades de gestão cultural, elaborando políticas culturais para o desenvolvimento cultural, tanto do indivíduo como da sociedade, tomando consideração por todas as faixas etárias.

Em 1987, Tsupal refletiu que na programação das atividades culturais, geralmente o público-juvenil e os jovens são beneficiados. Os usuários da terceira idade, que em sua maioria representam usuários em potencial, raramente são levados em consideração (a não ser nos projetos de recuperação e registro da memória local). Oferecer a eles a leitura de jornais e trabalhos manuais significa também limitá-los sobremaneira. Esta marginalização denota também a mentalidade da sociedade com seus valores predominantes.

Acompanhando com Teixeira Coelho (2012), se a biblioteca moderna e a pré-moderna eram o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou pretende ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus paradigmas passados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica da Ciência da Informação, o estudo da informação avaliando seu aspecto artístico torna-se essencial quando buscamos entender qual é a contribuição da informação na democratização da arte para facilitar o acesso ao público.

As bibliotecas como espaços culturais são essenciais para a efetividade das pluralidades de expressões artísticas, constatando-se que o trabalho com as artes pode contribuir para o desenvolvimento da consciência humana, em prol de se atingir a evolução social, abarcando propostas libertadoras em direção à consciências críticas.

O desenvolvimento de atividades culturais pode resultar em processos de inclusão social, cultural, digital e de emancipação de grupos e indivíduos, promovendo a alfabetização e o letramento.

Os elos entre linguagens, sociedade, informação e cultura podem ser objetos de análises, cujas perspectivas instauram-se nos processos cognitivos, comunicacionais e sociais, resultantes das práticas culturais e artísticas. Entende-se que os objetivos sociais das bibliotecas podem debruçar-se, sobretudo, no desenvolvimento de políticas culturais, abarcando a leitura, manifestações artísticas, o que possibilitaria o acesso à informação, a fruição de bens artísticos, o incentivo à leitura, a inclusão informacional e digital.

Trata-se também de pensar a biblioteca como um dispositivo produtor de sentidos, compreendendo que o sujeito através da interação social partilha os processos de significação cultural com os outros homens, com os objetos, com os artefatos, com as ferramentas, com as técnicas, com os conteúdos informacionais, determinando instâncias dialógicas na comunicação, na linguagem, na apropriação e formação da cultura.

Destaca-se que o desenvolvimento social seja fruto das práticas culturais e artísticas, preconizando na cultura a ideia de poder transformador, quando os elementos culturais são interiorizados e alterados

em substância vitalizadora modificando os estados de conhecimento, o que se pode chamar de apropriação cultural.

As reflexões suscitadas apontam para que autores e profissionais da CI direcionem seus olhares para as informações que não estão plasmadas em nenhum suporte físico, como é o caso das informações artísticas. Mesmo não sendo passíveis de recuperação essas informações podem ser apropriadas pelos usuários, ainda que marcadas pela efemeridade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas.**

Londrina: Editora UEL, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Implicações entre formação e objeto da área de informação. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES, 7; ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 30 ago.- 01 set. 2004, Mar del Plata, Argentina. **Anais...** Mar Del Plata: [s. n.], 2004. (CD-ROM).

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.

ANDRADE, A. M. C.; MAGALHÃES, M. H. A. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 8, n. 1, p. 48-59, 1979.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, p. 95-105, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARRETO, A. A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Datagramazero**, v. 6, n. 3, jun. 2005.

BEZERRA, B. B.; COVALESKI, R. L. Marketing experimental e criação artística: uma análise da atual demanda de consumo. **Revista FAMECOS**, v. 21, n. 1, p. 224-250, 2014.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura:** a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991. Disponível em:

<<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 07 maio 2015.

BUKARIN, N. Materialismo histórico. In: PLEKANOV, J. **Sociologia da arte**. São Paulo: Ed. Formar, 1945.

CANCLINI, N. G. **A socialização da arte**. São Paulo: Cultrix, 1984.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

COLI, J. **O que é arte**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos; 46).

ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 9, n. 2, p. 131-138, 1980.

_____. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 11, n. 2, p. 230-236, 1982.

_____. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOGAN, R. **Que é informação?** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MARTELETO, R. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. Belo Horizonte: **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 32, n. 2, p. 115-137, 1994.

MILANESI, L. A. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, p. 95-100, 2012.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984.

PINHEIRO, L. V. R. **Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: 1997. 278p. Tese (Comunicação e Cultura) UFRJ/ECO. Orientadora: Gilda Braga. Disponível em: <http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/lenavaniapinhoero_1997.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

PLEKANOV, J. **Sociologia da arte**. São Paulo: Ed. Formar, 1945.

RAMOS, L. B. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

ROSA, A. J. S. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 2, p. 372-381, 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Braziliense, 2012. (Coleção primeiros passos; 216).

Editora do artigo: Rafaela Paula Schmitz